

A visão dos stakeholders para cidade sustentável no centro-sul paranaense

RESUMO

Este artigo consiste em compreender as visões de diferentes stakeholders sobre os objetivos e ações para uma cidade sustentável em Prudentópolis - PR, no centro-sul paranaense. O objetivo do artigo consiste em compreender as visões de diferentes stakeholders sobre os objetivos e ações do planejamento urbano e desenvolvimento no município. Tendo em vista o panorama de aceleradas transformações e contínua migração da população para os centros urbanos, o estudo propõe responder a seguinte questão: considerando a cidade de Prudentópolis, quais são os objetivos e as diretrizes traçadas para o planejamento urbano e desenvolvimento para uma cidade sustentável a partir da visão dos stakeholders? Os resultados apontam que os municípios não possuem entendimento sobre os aspectos relacionados à sustentabilidade, mas demonstram preocupações com o impacto do crescimento da população sem estrutura adequada para o desenvolvimento e objetivos de uma cidade sustentável. Destaca-se que a pesquisa trouxe à tona contribuições sobre cidades sustentáveis com foco nos objetivos da ODS 11 e Agenda 2030, inter-relacionando a estruturação das estratégias e aplicação municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano. Cidades sustentáveis. Desenvolvimento sustentável. Prudentópolis.

Elizandra Petriu Gasparelo

elizandra_10@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Centro-Oeste.
Guarapuava. Paraná. Brasil.

Silvio Roberto Stefani

professor-silvio@hotmail.com

Universidade Estadual do Centro-Oeste.
Guarapuava. Paraná. Brasil.

Lisandro Pezzi Schmidt

lisandrops@hotmail.com

Universidade Estadual do Centro-Oeste.
Guarapuava. Paraná. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O representativo deslocamento da população para a cidade traz a preocupação da qualidade de vida das pessoas para o setor público e privado e a formulação de políticas locais. Com os processos de desenvolvimento global, na medida em que aumenta a concentração da população urbana, os problemas ficam mais evidentes e requisitam soluções emergenciais para a sobrevivência.

Bento et al (2018, p.484) afirmam que as cidades representam o maior desafio e a força mais importante deste século para solucionar as problemáticas da sociedade e do planeta. É na cidade que se constroem as soluções para o meio ambiente, a economia e a inclusão social. Nesse contexto, com a perspectiva de maior crescimento da população e a complexidade da gestão e do desenvolvimento urbano sustentável elevam-se as buscas por soluções que promovam melhor qualidade de vida aos cidadãos. Esses desafios são, também, uma oportunidade para novas maneiras em pensar as cidades e como oferecer melhores condições de convivência.

Contrapondo com a realidade do município de Prudentópolis - PR, foco desse trabalho, os motivos que estimulam mudanças nas estratégias locais estão relacionados a vários fatores, dentre eles alternativas que promovam melhor qualidade de vida urbana. Tornar a cidade sustentável com a busca constante do equilíbrio, do desenvolvimento econômico, social e ambiental, tem sido o desafio mais presente para os representantes da maioria dos países do mundo e de diferentes municípios.

O município de Prudentópolis localiza-se no centro-sul paranaense. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2020), a população estimada em 2019 foi de 52.241 habitantes e o grau de urbanização superior a 46%. Pertence a Região Geográfica Imediata de Guarapuava, juntamente aos municípios de Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guamiranga, Guarapuava, Inácio Martins, Pinhão, Reserva do Iguazu e Turvo (IBGE, 2017).

Fatores diversos envolvem a população urbana e rural de Prudentópolis que participam do movimento migratório, tais como: perdas constantes na safra e sobrevivência no campo, sendo a migração para a cidade cada vez mais frequente, assim como a evidente preocupação dos empresários do município, onde a economia se concentra em recursos financeiros advindos da agricultura. O trabalho apresenta quais são as políticas adotadas e como a cidade atende por meio da estrutura existente as articulações possíveis e previstas na Agenda 2030.

O objetivo do artigo consiste em compreender as visões de diferentes stakeholders sobre os objetivos e ações do planejamento urbano e desenvolvimento no município de Prudentópolis - PR. Tendo em vista o panorama de aceleradas transformações e contínua migração da população para os centros urbanos, o estudo propõe responder a seguinte questão: considerando a cidade de Prudentópolis, quais são os objetivos e as diretrizes traçadas para o planejamento urbano e desenvolvimento para uma cidade sustentável a partir da visão dos stakeholders?

O debate no meio acadêmico e profissional sobre desenvolvimento sustentável segue amplo e discussões em torno dos recursos renováveis e a preocupação com a sobrevivência das futuras gerações torna-se primordial nas

discussões tanto nas esferas públicas quanto nas privadas. A relevância do estudo permite o conhecimento dos procedimentos adotados localmente e como estes refletem no ponto de vista da população.

É evidente que estabelecer os critérios para um modelo sustentável não é tarefa somente dos gestores públicos de todas as esferas governamentais, mas também do setor privado, com o envolvimento da população, pois só assim será possível construir um modelo da melhor cidade para todos.

2 PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

O termo “cidade sustentável” surgiu na década de 1990, de acordo com os autores Sitarz, Hancock, Sachs, e Wolsink (1993, 1993, 2002, 2016, citado por Bento et al. 2018, p. 472). Verifica-se que a expressão “cidade sustentável” surgiu logo após os primeiros conceitos de sustentabilidade, onde ambientalistas, economistas e ativistas em diferentes partes do mundo criticavam a qualidade de vida e os padrões de desenvolvimento, dado o consumo e o desperdício exagerado de recursos naturais pelo excesso de poluição das águas e do ar nas cidades e pelos desequilíbrios sociais.

Constantemente, somos questionados sobre o entendimento que tange a sustentabilidade. Munck (2013, p.1) explana no relatório Our Common Future de 1987 sobre um novo parâmetro instaurado para o desenvolvimento, em que o propósito circunda em satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, pois corresponde ao momento em que ocorreu a primeira iniciativa global que considerou os aspectos ambientais do desenvolvimento por uma perspectiva econômica, social e política.

Rego et al (2013, p. 587) apresentam que as ideias do desenvolvimento sustentável foram formuladas pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, no documento “Nosso Futuro Comum” 5, segundo o qual “o desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras”. Conforme os autores, o desenvolvimento sustentável refere-se a utilização dos recursos de forma que esses não esgotem os recursos finitos. Essa definição é uma forma de integrar o desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

Para Rezende e Ribeiro (2018, p. 29), apesar do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico, as cidades brasileiras precisam lidar com questões básicas como saneamento, crescimento desordenado, criminalidade e violência, transporte, agravamento das desigualdades sociais. Tais questões exigem de seus gestores o desafio de implementar soluções inovadoras num cenário cada vez mais competitivo entre as cidades.

Sobre a tendência e a aceleração do crescimento global e o representativo aumento da população urbana, Glaeser (2011, citado por Bento et al., 2018, p. 471) diz que o crescimento urbano global é uma tendência indissociável da realidade e, por isso, o tema requer atenção para a construção de planos e estratégias de longo prazo, capazes de lidar com o aumento da população global e a expansão das cidades.

Com o avanço da população nos centros urbanos, instiga-se a preocupação em relação aos problemas existentes e como esses podem expandir. As ações para alcançar cidades sustentáveis é um processo de longo prazo e requer esforço da população, considerando que a população ao mesmo tempo em que é causadora de problemas que afetam as cidades, também é quem sofre as consequências, portanto, todos os indivíduos precisam envolver-se no processo de desenvolvimento sustentável de sua cidade (REGO et al., 2013, p. 549).

Dessa forma, de acordo com os autores elencados, os maiores desafios da sustentabilidade estão no equilíbrio entre os pilares, pois os aspectos econômico, social e ambiental são de suma importância para todas as gerações. Para isso, é primordial que entidades, lideranças do setor público e privado e a população de todos os segmentos estejam cada vez mais sintonizadas em busca de um objetivo comum, além da busca constante das ações que resultem em um desenvolvimento sustentável.

2.1 Agenda 2030 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

A Agenda 2030 da ONU foi aprovada em 2015 na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em Nova Iorque e corresponde a "um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade" que almeja "assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas" (ONU, 2015, p. 1).

Segundo a ONU (2015), as metas globais funcionam e não deixam ninguém pra trás. Com isso, visando o Desenvolvimento Sustentável, foram estabelecidos 17 novos objetivos na Agenda 2030, trazendo como eixos os seguintes propósitos:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia acessível e limpa; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, Justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação (ONU, 2015).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) elaborou, em 2018, um relatório com os procedimentos adotados na elaboração da proposta de adequação das metas globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável à realidade brasileira, em cumprimento à atribuição recebida da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). No relatório aparecem questionamentos sobre a necessidade do Brasil em adequar as metas globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esse documento convoca todos os órgãos governamentais, detalhando a responsabilidade de acordo com o objetivo para que implementam ações que contribuem para o alcance de cada uma das metas estipuladas pelas ONU.

Enquanto os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam o eixo central da Agenda 2030, orientando as ações nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental –, as metas indicam

os caminhos a serem trilhados e as medidas a serem adotadas para promover o seu alcance (SILVA, PELIANO E VALENTE, 2018).

Ainda, segundo a ONU (2015), em 2014 “54% da população mundial vivia em áreas urbanas, com projeção de crescimento para 66% em 2050. Em 2030, são estimadas 41 megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes”. O Objetivo 11 está alinhado à Nova Agenda Urbana, acordada em outubro de 2016, durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (ONU, 2015),

“considerando que a pobreza se concentra nos espaços urbanos, as desigualdades sociais acabam sendo mais acentuadas e a violência se torna uma consequência das discrepâncias no acesso pleno à cidade. Temas intrinsecamente relacionados à urbanização, como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, estão incluídos nas metas do ODS 11”.

Para atender o objetivo do trabalho, a abordagem foi realizada referente ao Objetivo 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, visando tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

As metas do objetivo 11 buscam em sua diretriz estabelecer estratégias estabelecidas pela ONU até 2030 tais como: garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas; acesso a sistemas de transporte seguros; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa; fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir perdas econômicas; reduzir o impacto ambiental negativo como qualidade do ar e gestão de resíduos municipais; proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência; Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas (IPEA, 2015).

A sustentabilidade urbana é central para mudanças qualitativas necessárias a fim de transformar cidades e vidas urbanas, principalmente, a vida dos ambientes urbanos empobrecidos. Isso ocorre porque as cidades sustentáveis são vibrantes e mais propensas a atrair as habilidades e fomentar o empreendedorismo, essenciais para o crescimento e a prosperidade e tão necessários para a resolução de problemas e desafios urbanos. Para isso, é necessária uma reestruturação em todos os mecanismos institucionais, tecnológicos e financeiros. Para que isso aconteça é necessário o compromisso de todos, desde a iniciativa política para formular e implementar estratégias e políticas adequadas para conduzir a sustentabilidade ambiental e, com isso, atingir a prosperidade nas cidades (UN-HABITAT, 2013 apud BICHUETI et al., 2017). Afirmam Filho e Oliveira (2013, p. 61):

Em um planeta com população cada vez mais urbana e com cidades cada vez maiores, é necessário desenvolver modelos de sustentabilidade urbana capazes de alinhar o desenvolvimento desses espaços com o respeito aos princípios da sustentabilidade, pois as cidades são elementos-chave para o desenvolvimento sustentável global.

Silva e Werle (2017) enfatizam que, atualmente, as cidades brasileiras passam por um processo de implementação dessas novas diretrizes para ordenação do desenvolvimento urbano, resultado de uma recente política urbana exigida pelo Estatuto das Cidades citado e, posteriormente, da implantação de Planos Diretores Municipais. Porém, o trabalho também demonstra preocupação quanto à forma com que esses Planos Diretores estão sendo formulados e encaminhados nas municipalidades, quase sempre ausente de participação democrática e sem o necessário rigor técnico e teórico na determinação da ordenação legal do território.

Ainda, segundo Filho e Oliveira (2013), as consequências em virtude do crescimento das cidades têm gerado grandes transtornos para a população. Estrutura para saúde de qualidade, emprego, saneamento, segurança, entre outros benefícios que uma cidade pode e deve fornecer aos seus moradores. Para vencer os novos desafios de tal realidade das cidades brasileiras, o planejamento urbano surge como uma ferramenta indispensável no planejamento sustentável de cidades, de forma a transformar as cidades em um espaço democrático, no qual os seus moradores possam ter os seus direitos atendidos.

Para que o desenvolvimento de cidades em todos os aspectos elencados seja efetivo e atenda a realidade local, é preciso que cada município estabeleça em seu Plano Diretor as diretrizes do desenvolvimento urbano. Como foco desse estudo, a abordagem se dará no município de Prudentópolis - PR. Apresenta-se a seguir os procedimentos metodológicos da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de caráter qualitativo. Para Prodanov (2013), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Nesse sentido, afirma, também, Godoy (1995b, p. 21) que “hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. A abordagem da pesquisa se classifica como descritiva e conforme expõe Gil (1999, p. 44), “As pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento das relações entre variáveis”.

No processo de coleta de dados foi realizada observação participante durante reuniões onde o tema da pesquisa se tratava do escopo do tema e entrevista semiestruturada, adaptado ao modelo padrão utilizado por Cappellari (2017) e Macaya (2017). Reforça Manzini (2004) que a entrevista semiestruturada pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas, ou seja, de acordo com o

andamento da entrevista é possível incluir pontos importantes para o levantamento das informações.

Na unidade de análise (o município de Prudentópolis), foram selecionados os stakeholders dos setores público e privado, representantes de secretarias ligadas ao desenvolvimento local, empresários e munícipes. Os entrevistados foram selecionados dentro das possibilidades de diversos stakeholders, dentre os distintos perfis e não menos importantes para o processo de desenvolvimento para cidades sustentáveis. Foram consultados na abordagem de entrevistas semiestruturadas os tomadores de decisões e condutores de projetos que impactam na cidade; em contraponto, foram abordados munícipes que participam das duas faces, ajudando no processo de construção e decisão e um meio termo com que apenas recebe o impacto do processo de crescimento da cidade, verificando, assim, a visão dos stakeholders no contexto estudado.

Foram entrevistados representantes da administração pública, representantes locais (empresários) e munícipes que passaram pelo processo da migração da área rural para urbana além de um munícipe que permanece com sua residência e atividade no campo, considerado de zona rural. As entrevistas foram realizadas individualmente no segundo semestre de 2019, na cidade de Prudentópolis e foram aleatoriamente escolhidos pela diversificação de segmento e de realidades distintas, desde a idade até o grau de escolaridade, sendo identificados como D1, D2, D3, D4, D5, D6.

Durante o processo da pesquisa foi também utilizado o uso de diário de campo nas reuniões organizadas pelas secretarias municipais, assim como de representantes de entidades dos setores privados, com o intuito de aprofundar alguns pontos que porventura pudessem não aparecer nas entrevistas realizadas. De acordo com Minayo (2001), dentro da ideia de registro dos dados destacamos o uso do diário de campo como um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando, permitindo entender percepções que não foram evidenciadas nos entrevistados. Para finalizar a análise dos dados coletados foi adotada a técnica de análise do conteúdo. Segundo Minayo (2011), para a organização e análise de dados devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Todas as questões que nortearam as entrevistas fundamentaram-se no objetivo do estudo em compreender as visões de diferentes stakeholders sobre os objetivos e ações do planejamento urbano e desenvolvimento de cidades sustentáveis. Para isso, as metas do Objetivo 11 da Agenda de 2030 foram utilizadas para a construção do eixo de discussões.

Foram selecionados entrevistados de diferentes perfis e posições sociais (D1-D6), sendo possível compreender a visão de diferentes níveis de escolaridade e refletir como cada categoria vislumbra o entendimento a respeito do assunto abordado. Dentre os entrevistados, foram selecionados munícipes de diferentes segmentos e escolaridades de áreas diferentes, conforme Quadro 1. Devido a característica do município em possuir alta representatividade da agricultura, foram entrevistados representantes desse segmento e da Indústria e Comércio.

A entrevista iniciou com a realização de uma pergunta estratégica para todo o contexto das demais questões. Buscava compreender qual é o entendimento do entrevistado sobre o termo sustentabilidade nos três pilares: econômico, social e ambiental. O entrevistado D1, um empresário do comércio local e com formação na área agrícola, entende a sustentabilidade econômica como padrão de vida autossustentável e produzir o suficiente para sustentar a família, adquirir bens e evoluir. No contexto social, trata-se de questões sociais e políticas e de como elas são tratadas, além da questão ambiental, o desenvolvimento sustentável sem destruir as matas nativas.

Quadro 1 – Relação e características dos entrevistados

Entrevistados	Ocupação	Gênero	Idade	Tempo na função	Escolaridade
Entrevistado 1 (D1)	Empresário do comércio local	Masculino	38	7 anos	Superior em Andamento
Entrevistado 2 (D2)	Munícipe que migrou do campo para a cidade.	Feminino	26	8 anos	Superior Completo
Entrevistado 3 (D3)	Munícipe residente na zona rural no município	Masculino	60	50 anos	Primário Incompleto
Entrevistado 4 (D4)	Secretário de Desenvolvimento Econômico Industria e Comércio	Masculino	60	5 anos	Superior Completo
Entrevistado 5 (D5)	Representante da Secretaria da Agricultura	Feminino	35	6 anos	Superior Completo
Entrevistado 6 (D6)	Representante de segmento de desenvolvimento local	Masculino	42	12 anos	Ensino Fundamental

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O entrevistado D2, entende que a sustentabilidade está ligada ao desenvolvimento, onde temos que preservar para que as futuras gerações possam ter um ambiente saudável, não pensando somente no viés econômico, visto que as pessoas devem desenvolver-se economicamente mas sem prejudicar o ambiente em que estão inseridas, visando o lado social, onde as pessoas tenham mais oportunidade, melhor qualidade de vida e o lado sustentável do meio ambiente.

Para o D3, para sustentabilidade econômica nas propriedades rurais é indispensável a diversificação da propriedade; sobre a questão ambiental e social não tem conhecimento.

O entrevistado D4 trouxe o seguinte conceito sobre a sustentabilidade:

[D4] na visão do cenário do nosso município o conceito de desenvolvimento sustentável como anseio da comunidade seria imprescindível, porém considerado ainda muito pouco relevante, mesmo sabendo que estamos abrindo mão do último recurso para que se possa garantir o futuro das futuras gerações. Para enfrentar esse desafio o município vem buscando viabilizar com implementação de sustentabilidade atrelada com a comunidade instrumentos que as torne concretas como vem sendo feito através da Secretaria do Meio Ambiente a recuperação das nascentes de água em todas as localidades do município em conjunto com os moradores dessas localidades. Também a preservação dos Faxinais em nosso município e que a sua principal característica é o uso comum de terras para a

criação de animais; esse espaço é considerado e denominado de criadouro comunitário.

O Decreto Estadual Nº 3.446/97 aprovado em 25 de junho de 1997, reconheceu a existência dos Faxinais como um sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná (Decreto 3446/97). O entrevistado D6 comenta que se trata de um desafio não só para as empresas, mas para todos que estão envolvidos nas organizações; todos precisam participar do desenvolvimento que é um processo gradativo e que muitas vezes não aparece imediatamente.

Pelo que se observa, existe uma preocupação principalmente ligada a sustentabilidade econômica social e ambiental. Stefano e Teixeira (2014) e Teixeira, Stefano e Kühl (2019) destacam que essa hierarquia informa quais aspectos do desenvolvimento sustentável devem ser priorizados para assegurar a sobrevivência de todo o sistema. De maneira geral, fica evidente que quanto maior instrução e capacitação, maior é o entendimento sobre a temática.

O artigo 20, Capítulo I, da Lei Nº 1.850 de 2010, que Disciplina a Lei do Plano Diretor do Município de Prudentópolis, traz a seguinte diretriz de desenvolvimento:

Art. 20 - A consecução dos objetivos do Plano Diretor do Município de Prudentópolis dar-se-á com base na implementação de políticas setoriais integradas, visando ordenar a expansão e o desenvolvimento do Município, permitindo o seu crescimento planejado e ambientalmente sustentável, com melhoria da qualidade de vida.

No Plano de Trabalho do Plano Diretor Municipal do Município, em estudo, traz um propósito sobre a sustentabilidade nos três pilares do desenvolvimento.

(...) considerando as principais metas do Plano Diretor Municipal, as quais podem ser sintetizadas na garantia da gestão democrática do planejamento municipal e seu enquadramento nos preceitos e diretrizes no Estatuto da Cidade, na consolidação da função social da propriedade e no alcance de elevados níveis de sustentabilidade ambiental, social e econômica, estabelecendo a articulação do desenvolvimento local com as políticas, programas e projetos regionais, estaduais e federais (PLANO DE TRABALHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS, 2007, p.6).

Como a pesquisa traz uma abordagem em relação a migração campo para a cidade e do município para outros centros urbanos, buscou-se, inicialmente, compreender os motivos desse cenário. Todos os entrevistados acreditam e, espontaneamente, explanam que as pessoas saem de suas casas em busca de uma melhor qualidade de vida, estudos principalmente em universidades, buscando crescimento e sobrevivência, pois o meio rural tem sido cada vez mais desafiador para a permanência. O entrevistado D2 diz, ainda, que essa migração ocorre não somente pensando do lado financeiro, mas este sendo um fator relevante.

Muitos municípios saem do campo e em busca de maior conhecimento e de encontrar um local de trabalho. Os desafios que permeiam a agricultura, em especial as pequenas propriedades, têm sido um dos principais fatores que

motivam o processo em ritmo acelerado. O entrevistado D3 afirma que, localmente, é visível a migração do campo para a cidade, porém por falta de estrutura e opções de trabalho no município acabam retornando para a agricultura e submetendo-se às condições apenas de sobrevivência ou partindo para grandes centros e, se forem bem sucedidos, acabam levando seus familiares, pois inicialmente era mais comum essa realidade em jovens.

Como pontos positivos da migração da população do meio rural para o meio urbano a maioria dos entrevistados acredita que em termos de movimento na economia da cidade ocorre um aquecimento no mercado, quando em condições de mercado de trabalho e mão de obra qualificada. O entrevistado D1 demonstrou preocupação em relação à empregabilidade e a falta de ocupação das pessoas que ameaça a segurança, onde a desocupação acaba ocasionando o desvirtuamento de princípios.

Os representantes do setor público elencados para essa pesquisa trouxeram como ponto positivo a qualidade de vida, visto que na cidade encontramos as facilidades e conforto nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, infraestrutura e outras facilidades. Ainda, segundo eles, as consequências às vezes são negativas, como aumento das áreas de ocupação e o empobrecimento. O gestor municipal busca alternativas para acomodar a população e melhorias criando espaços públicos e centros de convivência e lazer.

O entrevistado representante do setor público comenta que

[D4] O município vem investindo cada vez mais em moradias habitacionais para atender essa demanda suprimida e por outro lado busca alternativas para segurar e manter esses indivíduos no campo através de melhorias, incentivos e conscientização dos benefícios de ficar em seu habitat produzindo alimentos em parcerias com associações e cooperativas e vendendo sua produção aos municípios e governo estadual para merenda escolar.

A representação da Secretaria Municipal de Agricultura demonstrou preocupação no que se refere às capacitações técnicas que são realizadas para manter os jovens no campo. Existe um desinteresse pelo aprendizado, pois a dificuldade desde a formação de turmas como no desenvolvimento, torna a evasão intensa e poucos concluem e levam o conhecimento com o intuito de propor melhorias para as propriedades rurais; ou, então, os que têm um interesse após a formação acabam alocando-se nos grandes centros urbanos.

Quando abordados se a governança é entendida como um instrumento de gestão capaz de potencializar o desenvolvimento sustentável das cidades, o entrevistado D4 apresentou a seguinte resposta:

[D4] As políticas públicas em parceria com as privadas têm o dever de garantir o bem estar da sociedade, propiciando e idealizando modelos de sustentabilidade, em consonância com os recursos naturais e o equilíbrio socioeconômico. A sociedade precisa entender e fazer parte deste contexto, a qualidade de vida do ser humano depende desses fatores, somos parte da natureza e os cuidados do meio ambiente depende de todos nós seres humanos. Nem sempre a governança é entendida e as ações desenvolvidas pelos gestores municipais são muito pouco aderidas pela sociedade e encaradas como obrigação dos governantes.

A representação da Secretaria da Agricultura explicou que o poder público tem buscado estar presente nas comunidades com vários projetos de desenvolvimento sustentável como seminários, palestras de uso consciente dos defensivos agrícolas, Projeto Rondon nas comunidades, entre outros realizados através das Secretarias da Agricultura, Meio Ambiente e Secretaria de Indústria Comércio e Desenvolvimento Econômico. Os entrevistados D1 e D6 acreditam que a governança pode sim proporcionar um impacto maior para potencializar o desenvolvimento, pois o poder e a legislação estão no domínio das autoridades e quando esse não vem por consentimento da população podem ser utilizadas medidas impositivas e punitivas. Os demais entrevistados não têm conhecimento sobre o assunto.

Quando perguntados em relação à visão das metas incluídas do ODS (Agenda 2030) dentro do município de Prudentópolis no que se refere à Urbanização como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, assim como de outros termos estruturação física das cidades como moradias, segurança, saúde, emprego, poluição e transporte, ao que se propõe a ODS 11 da ONU, os entrevistados têm a visão de que não está adequada. Observou-se, ainda, que muitos dos entrevistados desconhecem o termo e os propósitos da Agenda 2030.

Os entrevistados munícipes foram, ainda, questionados sobre recursos e estratégias que estão sendo utilizados para a gestão da cidade em termos de desenvolvimento sustentável e como as informações das ações que estão sendo realizadas chegam até a comunidade. Com unanimidade, a resposta foi o desconhecimento sobre as estratégias.

Ao participar das reuniões de desenvolvimento de segmentos gerenciados por representantes do poder público e privado, ficou evidente durante o desenvolvimento e a coleta de dados da pesquisa que as ações existem, sendo em maior ou menor grau de acordo com os objetivos, porém observa-se que estas são pouco divulgadas, o que impacta na população como um descaso com todos esses fatores dentro do município.

Os entrevistados foram, também, instigados a opinar sobre a responsabilidade da iniciativa para o desenvolvimento, se essa cabe ao órgão público, as empresas locais ou dos munícipes. O entrevistado D4 deu sua resposta dizendo que é de responsabilidade de todos, e que cada setor deve cuidar e desenvolver suas atividades sempre buscando o desenvolvimento sustentável para o bem comum. O órgão público deve zelar e cuidar para que todas as atividades sejam desenvolvidas, respeitando as diretrizes do Plano Diretor Municipal e aplicando a lei em benefício de todos, devendo tornar a cidade mais segura e sustentável, com acesso a habitações, criação de espaços públicos agradáveis de forma participativa e democrática para todos os cidadãos.

As empresas devem respeitar as normas que regem as políticas públicas para utilização das áreas urbanas, otimizando o uso de recursos ambientais que são limitados e finitos. A sustentabilidade econômica deve ser encarada de forma responsável que visam a preocupação e conceitos ambientais e não somente o lucro a qualquer custo.

A entrevistada D2 explicou que em algumas empresas podemos verificar preocupação com o lado social e ambiental da cidade, mas ainda são poucas as quais promovem pequenos atos frente à comunidade. Todavia, uma alternativa

seria uma campanha para mobilizar empresas e clientes, de modo a atingir maior responsabilidade social.

Os demais entrevistados (municípios) acreditam que neste ponto é um conjunto partindo do público para as demais áreas, pois as pequenas ações até podem estar no planejamento interno (organizações), mas sem nenhum incentivo a serem colocadas em prática frente a comunidade, ou seja, todos concordam que é de responsabilidade de todos, porém incrementam que o poder público possui mais ferramentas e possibilidades de colocar em prática as ações, pois podem criar parcerias com diversas entidades, tanto do poder público como da iniciativa privada.

Sobre a estruturação física da cidade e como o município tem se preparado para a melhor qualidade de vida dos munícipes, conforme metas incluídas do ODS (Agenda 2030) dentro do município de Prudentópolis, os entrevistados munícipes e representantes do comércio local possuem conhecimento de que as moradias, a segurança, a quantidade de empregos, poluição e transporte não estão adequados e que a desigualdade social existe e tem aumentado com as crises econômicas dos últimos anos.

O entrevistado D1 disse que “depende do nível de poder aquisitivo, ainda precisa melhorar e muito as estruturas para que os cidadãos tenham qualidade de vida”. O empresário argumentou, ainda, que quem tem poder adquire qualidade de vida, para os menos favorecidos a situação muitas vezes pode ser considerada precária. A população local tem conhecimento dos desafios em relação aos resíduos sólidos e de que não há saneamento em todos os bairros da cidade.

O entrevistado D2, em consonância com o entrevistado D6, esclarecem que o processo de destinação dos resíduos sólidos vai além da necessidade de recursos financeiros. É claro que esses são fundamentais e indispensáveis para a implementação de estruturas e que essas normalmente só são instaladas com recursos do poder público e que a população dificilmente se propõe e fazer desembolso dos recursos próprios, por exemplo, para o saneamento. O entrevistado D1 comentou que as pessoas com melhores condições financeiras já residem em áreas com estruturas adequadas e que a periferia já vive em condições inferiores por falta de recursos financeiros que são, normalmente, agravados pela falta de trabalho com remuneração suficiente para um incremento que possa refletir na qualidade de vida.

Os representantes do poder público não se manifestaram nessa pergunta e orientaram a procurar as secretarias que são responsáveis pelo desenvolvimento da área. Entendeu-se que não existe uma integração de responsabilidades do poder público. As estratégias utilizadas e aplicadas no município ainda não estão claras e evidentes para os munícipes. Pode-se afirmar, por meio das reuniões dos conselhos, que elas existem com maior e menor grau, mas para a amostragem selecionada para entrevista percebeu-se que estas são eventualmente identificadas pela população.

Nas últimas duas décadas, o termo sustentabilidade vem sendo debatido com mais frequência pela sociedade, pois percebeu-se que o crescimento econômico agressivo poderia produzir desigualdades sociais e prejuízos ambientais (AMAZONAS, 2002 apud CARVALHO; STEFANO; MUNCK, 2015). Em relação ao objetivo da ODS 11 para aumentar a urbanização inclusiva e sustentável (ONU, 2015), observa-se que há pouca ação, pois como a cidade ainda é considerada

pequena, vislumbra-se que o problema ainda é insignificante. Segundo a visão dos entrevistados, existe uma resistência para visualizar esse aspecto, tanto que a maioria não tem conhecimento das estratégias, principalmente.

No objetivo ODS 11 que diz sobre “Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, utilizando materiais locais” (ONU, 2015), os entrevistados (municípios) foram unânimes ao responder que não têm conhecimento se o município tem atuado diante do objetivo e que veem um grande potencial, visto que a cidade é turística, possui belezas naturais e que esse segmento pode ser explorado.

Observou-se, durante o período da pesquisa com a participação de reuniões, que as secretarias têm atuado em relação a esse objetivo, principalmente em relação à assistência técnica, promovendo treinamentos, cursos e palestras aos agricultores, porém existe o desafio em relação a aderência das capacitações, pois além da dificuldade em reunir grupos para os cursos técnicos, a evasão até o final é sempre maior, não engrenando na efetividade do propósito. O Quadro 2 demonstra os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo, indicando as categorias, subcategorias, unidade de registro, unidade de contexto e uma breve análise.

Quadro 2 - Resultados obtidos a partir das entrevistas

Categorias	Unidade de Registro	Unidade de Contexto	Análise de Conteúdo
Sustentabilidade	“Está ligada ao desenvolvimento, devemos preservar para que as futuras gerações possam ter um ambiente saudável, não pensando somente no lado econômico, mas também no social onde as pessoas tenham mais oportunidade e melhor qualidade de vida e o lado sustentável do meio ambiente...”	O que você entende por Sustentabilidade? (econômica, social e ambiental).	Interpretando o entendimento dos entrevistados identificou-se que os municípios tem conhecimento do termo “sustentabilidade”, não no contexto teórico mas entendem a sua aplicabilidade.
Êxodo Rural	“...os jovens estão migrando do campo para a cidade. É a busca por oportunidades de empregos e estudos principalmente em universidades. No campo as famílias estão vendendo suas pequenas propriedades aos grandes produtores rurais e consequentemente também migram para as cidades”.	Nos últimos censos ficou comprovado a migração da população do campo para a cidade (êxodo rural), qual a sua percepção sobre a migração da população do município para os centros urbanos (dentro e fora do município)?	Os municípios estão migrando do campo as cidades buscando a qualidade de vida e o reflexo desse movimento é o inchaço das cidades e a preocupação com as consequências da aglomeração.

Agenda 2030	“Eu tenho conhecimento da Agenda, mas não sei se o município trabalha a Agenda 2030 ou se segue algum outro planejamento, como cidadã nunca ouvi falar”.	Existe uma visão do município em 2030?	Quanto maior o nível de escolaridade maior o entendimento do termo, porém é unânime o desconhecimento sobre a aplicação dos objetivos da ODS 11.
Iniciativas de desenvolvimento sustentável	“Não tenho conhecimento”.	Existe um fator/ iniciativa a nível nacional / estadual ou municipal - ou até mesmo internacional – que favoreça o desenvolvimento de iniciativas de desenvolvimento sustentável?	Os munícipes não conhecem as iniciativas e estratégias de desenvolvimento sustentável e as secretárias municipais não possui um conhecimento de uma rede interligada.
Responsabilidade social, ambiental e econômica	“Algumas empresas podemos verificar que se preocupam com o lado social e ambiental da cidade, mas são poucas as quais promovem pequenos atos frente a comunidade, acredito que se existisse uma políticas públicas com um pequeno desconto nos impostos municipais as empresas poderiam se mobilizar mais frente aos seus clientes, não existindo um incentivo...”	Acredita que a responsabilidade social, ambiental e econômica é uma preocupação constante de todas as organizações do município, visando à qualidade e continuação da vida, agora e no futuro?	Todos são responsáveis pelo desenvolvimento, mas as iniciativas mais impactantes podem ser instaladas pelo poder público.
Metas do Objetivo 11	“Não tenho conhecimento de como são realizadas as metas para estes setores, mas é evidente que temos problemas na cidade”.	Em relação à estruturação física da cidade, moradias, segurança, saúde, emprego, poluição, transporte como o município tem se preparado para a melhor qualidade de vida dos munícipes?	Os munícipes não conhecem as iniciativas e estratégias, mas é evidente que o município tem problemas de estrutura adequada para a população.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados do trabalho evidenciaram que as estratégias existem: algumas um pouco mais aceleradas e outras com uma intensidade um pouco menor. Evidenciou-se que os pontos abordados de desenvolvimento sustentável e outros aspectos ligados aos objetivos da ODS e da Agenda 2030 são discutidos pelos conselhos do município, porém existe uma lacuna de um período de tempo até que as alterações propostas cheguem a publicação por meio de um meio oficial de legislação municipal. Pode-se afirmar que a sociedade como um todo, através de suas representações, tem se preocupado com os desafios e tendências do futuro e tem se inserido no campo de discussões e debates no processo de construção das estratégias.

A partir do exposto e da utilização de diferentes procedimentos metodológicos da coleta de dados, foi possível perceber que existem discrepâncias de entendimento e de conhecimento de práticas adotadas. O setor público busca realizar ações em parceria com diferentes secretárias públicas, ainda que não tenhamos conseguido acesso com todas, não obtivemos respostas sobre todos os pontos abordados por outros setores.

Entendeu-se, ainda, que muitos aspectos relacionados à pesquisa sobre os objetivos da ONU são desconhecidos pela maioria dos munícipes e que quanto maior o nível de escolaridade maior o entendimento, mas não se pode afirmar que a preocupação com o desenvolvimento das cidades tende a ser maior nesse perfil, pois todos os entrevistados acreditam que podem contribuir com o processo. A

seguir, apresentam-se as considerações finais do estudo, as contribuições, limitações e apontamentos futuros de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os objetivos propostos pela ONU, percebem-se amplas questões que deverão ser tratadas para que, assim, os objetivos estabelecidos sejam alcançados e, sobretudo, que além do comprometimento com as metas traçadas realmente haja impacto na qualidade de vida e o acesso aos serviços essenciais seja evidente para a população. A realização da pesquisa necessitou de uma abordagem direta do pesquisador com o campo e, posteriormente, a partir da análise desses dados, o desenvolvimento de uma interpretação e construção de ideias – informações ainda não tratadas sobre esse aspecto.

Conclui-se, com a análise, que as estratégias até são discutidas mas são pouco divulgadas para os munícipes, fato relevante e que, em muitos aspectos, os entrevistados afirmaram não conhecer as estratégias do município.

A partir do objetivo proposto para este estudo em compreender o planejamento urbano e desenvolvimento de cidades sustentáveis no município de Prudentópolis - PR, baseado em um panorama de aceleradas transformações e contínua migração da população para os centros urbanos, observa-se nos resultados apresentados que as estratégias existem, ao menos em algumas metas propostas, porém são discutidas em pequenos grupos e que a maioria dos stakeholders entrevistados não possui conhecimento sobre diversos aspectos e propósitos que são tratados para o desenvolvimento das cidades. Seria prudente, ainda, compreender por meio dos principais envolvidos os motivos e a melhor forma de explicar esse tema para população; ou se existe uma visão diferente à medida que as ações fossem implementadas. Outro fator que permeou o resultado da pesquisa é que os munícipes não possuem entendimento sobre muitos aspectos relacionados à sustentabilidade, mas baseado na tendência, demonstram preocupações com o impacto de um crescimento descontrolado sem uma estrutura adequada para o desenvolvimento das cidades sustentáveis.

Para finalizar, destaca-se que esse trabalho atendeu às expectativas que foram propostas através do objetivo e da investigação. O trabalho trouxe à tona contribuições e realidades sobre o planejamento urbano para o desenvolvimento de cidades sustentáveis com embasamento a partir dos objetivos da ODS 11 e Agenda 2030, inter-relacionando a estruturação das estratégias e a aplicação dentro do município de Prudentópolis. Para o setor público, sugere-se rever as estratégias em vários aspectos, principalmente em como elas são divulgadas para a população, pois normalmente a expectativa traçada dificilmente é evidenciada pelos munícipes como uma visão de elucidar as ações de acordo com os objetivos. Pelo contrário, interpreta-se o desconhecimento sobre as ações realizadas, como identificado nas entrevistas.

Como contribuição teórica, confirmou-se a necessidade da verificação de que as teorias precisam ser testadas na prática e acompanhadas, visto que para muitos dos munícipes entrevistados os propósitos apresentados e os termos utilizados não eram de conhecimento geral, porém, ao simplificar o vocabulário notou-se que todos possuem preocupação com o futuro das cidades nos próximos anos. Portanto, a pesquisa proporcionou conhecimento sobre a agenda 2030, sobre o

cenário da distribuição da população e seus objetivos, assim como reflexão sobre a responsabilidade de cada munícipe.

Como sugestão para futuros estudos evidencia-se a necessidade de interpelar a opinião de todas as secretarias ligadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável, visto que elas são divididas e que, muitas vezes, as ações e estratégias que estão sendo realizadas não são compartilhadas entre todos os segmentos do setor público. Foi, ainda, evidenciado o desconhecimento imediato sobre as fontes de recursos sustentáveis do município e como esse pode gerar desenvolvimento econômico e uma fonte de renda diversificada para o município, sugerindo outro possível estudo como sendo o acompanhamento da evolução do desenvolvimento da cidade, principalmente quando instalado novas fontes de sustentabilidade financeira no município.

Stakeholders' vision for a sustainable city in center-south of Paraná

ABSTRACT

This article consists of understanding the views of different stakeholders on the objectives and actions for a sustainable city in Prudentópolis - PR, in the south-central of Paraná. The objective of the article is to understand the views of different stakeholders on the objectives and actions of urban planning and development in the municipality. In view of the panorama of accelerated transformations and continuous migration of the population to urban centers, the study proposes to answer the following question: considering the city of Prudentópolis, what are the objectives and guidelines outlined for urban planning and development for a sustainable city from the perspective of the stakeholders? The results show that the citizens do not have an understanding of aspects related to sustainability, but show concerns about the impact of population growth and still without an adequate structure for the development and objectives of a sustainable city. It is noteworthy that the research brought up contributions on sustainable cities with a focus on the objectives of SDG 11 and Agenda 2030, interrelating the structuring of strategies and municipal application.

KEYWORDS: Urban planning. Sustainable cities. Sustainable development. Prudentópolis.

REFERÊNCIAS

BENTO, S. C.; CONTI, D. M.; BAPTISTA, R. M. e GHOBRI, C. N. As Novas Diretrizes e a Importância do Planejamento Urbano para o Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis. *Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade*, v. 7, n. 3, p. 469-488, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/1342/pdf>> Acesso em 20/02/2020.

BICHUETI, R. S.; GOMES. C. M.; KNEIPP. J. M; MOTKE. F.D.; COSTA. C. R. R. Cidades Sustentáveis no Contexto Brasileiro: A Importância do Planejamento para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/113.pdf>> Acesso em: 30/06/2020.

CARVALHO, A. C. V.; STEFANO, S. R. MUNCK, L. Competências voltadas à sustentabilidade organizacional: um estudo de caso em uma indústria exportadora. *Gestão & Regionalidade (Online)*, v. 31, p. 33-48, 2015. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2278/1712> Acesso em 20/02/2020.

CAPPELLARI, N. A Institucionalização da sustentabilidade organizacional na Itaipu Binacional. Guarapuava, 2017. Disponível em: <<http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/jspui/818/2/NADIESSA%20CAPPELLARI.pdf>> Acesso em: 30/06/2020.

DECRETO ESTADUAL Nº 3.446 de 25 de julho de 1997, Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba, PR, 1997. Disponível em: <http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=451>. Acesso em agosto de 2020.

D1. [Entrevista cedidas a], Prudentópolis (PR), 15 ago. 2019.

D2. [Entrevista cedidas a], Prudentópolis (PR), 30 ago. 2019.

D3. [Entrevista cedidas a], Prudentópolis (PR), 5 set. 2019.

D4. [Entrevista cedidas a], Prudentópolis (PR), 30 set 2019.

D5. [Entrevista cedidas a], Prudentópolis (PR), 02 out. 2019.

D6. [Entrevista cedidas a], Prudentópolis (PR), 25 out. 2019.

FILHO, R. J.; OLIVEIRA, T. S. M. Planejamento e Sustentabilidade Urbana. Caderno Organização Sistêmica, 2013. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistaorganizacao sistemica/index.php/cadernoorganizacao sistemica/article/view/211>> Acesso em: 30/06/2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>> Acesso em 17/07/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias: IBGE, Coordenação de Geografia – Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Caderno estatístico município de Prudentópolis. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84400&btOk=ok>>. Acesso em: 03 ago de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS 11. Cadernos ODS. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190612_cadernos_ODS_objetivo_11.pdf/>. Acesso em: 30 jun. de 2020.

MACAYA, J. F. M. O processo de agenda-setting nas smart cities: Uma análise do financiamento de uma agência multilateral. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18201/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Javiera%20Macaya_vfinal.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em: 30 jun. de 2020.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2 ed., 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf> Acesso em: 30 jun. de 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf> Acesso em: 30 jun. de 2020.

MUNCK, L. Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Acordo de Paris. Paris: ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>> Acesso em: 07 jul. 2020.

PRUDENTÓPOLIS (Município). Lei n. 1.850, de 08 de dezembro de 2010. Disciplina a Lei do Plano Diretor do Município de Prudentópolis e dá outras providências. Disponível em: <http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/106/160217094749_1_850_pdf.pdf> Acesso em 30/06/2020.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Objetivo 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis, 2015. Disponível em: < <http://www.agenda2030.org.br/ods/11/>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PEREIRA, A. M. F. Do global ao local: a Agenda 2030 da ONU e a gestão de resíduos sólidos no Brasil / Aline de Melo Faria Pereira. – Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28564/1/DISSERTA%C3%87%C3%83OAlinedeMeloFariaPereira.pdf>> Acesso em 30/05/2020.

REGO, J. A. A., NACARATE, J. P. M., PERNA, L. N., PINHATE, T. B. Cidades sustentáveis: lidando com a urbanização de forma ambiental, social e economicamente sustentável, 2013. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2013/wpcontent/uploads/2013/03/17.-PNUMA-Artigo.pdf>>. Acesso em 30/06/2020.

REZENDE, D. A.; RIBEIRO, S. S. Análise das estratégias, informações, serviços públicos municipais e tecnologias da informação e suas relações com projetos de cidade digital estratégica nas capitais da região centro-oeste do Brasil. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 14, n. 3, 2018. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3804/684>>. Acesso em: 20/02/2020.

SILVA, G. J. A.; WERLE, H. J. S. Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da cidade à sustentabilidade, da lei à realidade. Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU. USP, 2007. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/deprojeto/gdpa/paisagens/artigos/2007Silva-WerlePlanejamentoUrbanoSustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 30/06/2020.

SILVA, E.R. A.S.; PELIANO, A. M.; VALENTE, J. AGENDA 2030 - ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433>. Acesso em: 07/07/2020.

STEFANO, S. R.; TEIXEIRA, G. Desenvolvimento Sustentável nas Organizações: Programas do Banco do Brasil. Revista Competitividade e Sustentabilidade ComSus, 1, p. 46-61, 2014. Disponível em: <<http://eunioeste.br/index.php/comsus/article/view/11462/8677>>. Acesso em 20/02/2020.

WE CAN END POVERTY. Millenium Development goals and Beyond, 2019. Disponível em: < <https://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>>. Acesso em: 07/07/2020.

TEIXEIRA, G.; STEFANO, S. R.; KÜHL, M. R. Sustainability Competencies: analysis in a Financial Institution. Research, Society and Development, [S. l.], v. 8, n. 11, p. e028111425, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i11.1425. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1425>. Acesso em: 01 apr. 2021.

Recebido: 04 dez. 2021.

Aprovado: 21 fev. 2022.

DOI: 10.3895/rbpd.v11n2.14060

Como citar: GASPARELO, E. P.; STEFANI, S. R.; SCHMIDT, L. P. A visão dos stakeholders para cidade sustentável no centro-sul paranaense. *R. bras. Planej. Desenv.* Curitiba, v. 11, n. 02, p. 493-513, mai./ago. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Silvio Roberto Stefani

Rua Padre, R. Salvatore Renna, 875 - Santa Cruz, Guarapuava - PR

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

